

Endividamento das famílias segue alto e pode ser entrave ao consumo

As despesas crescentes com apostas são mais um fator que pode frear o ritmo de gastos dos consumidores

O endividamento ainda elevado das famílias é um entrave à expansão mais forte do consumo, mesmo com o emprego e a renda em níveis recordes, o que tem sido um estímulo forte à demanda. As despesas crescentes com apostas são mais um fator que pode frear o ritmo de gastos dos consumidores.

Os dados mais recentes do Banco Central (BC), referentes a junho, mostram que o comprometimento mensal de renda com o serviço de dívida voltou a subir, após dois meses de redução. A parcela ficou em 26% em junho, alta de 0,2 ponto percentual em relação a maio.

Números da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio mostram que, em agosto, 78% das famílias estavam endividadas, acima dos 77,4% de agosto de 2023 e não muito abaixo do recorde de 79,3%, atingido em setembro de 2022.

O endividamento ainda expressivo reduz espaço no orçamento e faz com que mais famílias usem reservas para quitar compromissos, diz Anna Carolina Gouveia, economista responsável pela Sondagem do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em recorte da sondagem feito a pedido do **Valor**, Gouveia afirma que a parcela de consumidores que admitiram estar usando poupança para quitar despesas, em setembro, foi de 11,2%, acima de agosto (10,5%). Foi a maior parcela para esse mês desde 2022 (13,9%). Também a parcela dos consumidores que admitiram estar se endividando, de 9,6%, é a mais elevada para setembro desde 2022 (11,3%).

Um conjunto maior de dívidas torna o consumidor mais preocupado e menos propenso a novas compras, diz Gouveia. A economista cita ainda o resultado do Indicador de Estresse Financeiro da fundação, índice calculado por meio de respostas daqueles que admitem se endividar e usar poupança para quitar despesas, dado que consta também da Sondagem.

Em setembro, essa parcela foi de 20,8%, o que significa que pelo menos um em cada cinco consumidores pesquisados para a sondagem - que compreende cerca de 2 mil respondentes em 7 capitais - continuou estressado financeiramente. O índice também ficou acima de 20% em todas as faixas de renda pesquisadas pela fundação, em setembro, um nível historicamente elevado. "Esse nível de estresse geralmente gira nos últimos meses acima de 20% no Brasil."

Os números piores no endividamento para meses de setembro, da sondagem do consumidor, se verificam apesar do "Desenrola", programa de renegociação de dívidas do governo federal. Gouveia pondera que o programa é aquilo que propõe: uma renegociação de dívida, não o desaparecimento dela. "No geral, o programa faz a renegociação de dívidas, mas não elimina a dívida. Então aquela dívida continua pressionando ali a cabeça do consumidor", afirma ela.

Nesse cenário, mesmo comum ritmo maior de renda originada do trabalho, tendo em vista a melhora do emprego, a renda disponível não sobe. Um dos motivos é que ainda está comprometida com dívidas. Até julho, a população ocupada no país atingiu patamar recorde de 102 milhões.

Isabela Tavares, economista sênior na Tendências Consultoria, concorda e acrescenta que outro fator que deve ser levado em conta, ao se falar de renda disponível do brasileiro, é a evolução da inflação. Tavares antecipou ao **Valor** a série de Indicador de Renda Disponível, da Tendências, que considera inflação de itens essenciais, o quanto pesa o índice no orçamento e a dinâmica mensal das aberturas do IPCA, indicador oficial de inflação do país.

Nesse indicador, a parcela de renda mensal do quanto uma pessoa tem para consumir, depois que gastou com itens prioritários, ficou em 41,94% em agosto. Foi a menor desde agosto de 2022 (41,47%), diz Tavares. A economista acrescenta que a inflação de itens essenciais acumulada em 12 meses, calculada pela Tendências, ficou em 5,3% em agosto, acima do IPCA acumulado em 12 meses até agosto (4,2%).

"A nossa visão é que, apesar do mercado de trabalho [bom] e tudo mais, alguns fatores causam essa preocupação [ao consumo]", diz, acrescentando que a consultoria prevê que o consumo das famílias vai diminuir o ritmo de crescimento nos próximos meses. O aumento dos gastos com apostas também entra no radar dos analistas como possível freio ao consumo. "Acredito que o mercado das bets pode sim ser um problema para o nível de endividamento e inadimplência, podendo piorar esse cenário", diz Gouveia. "Hoje, está muito fácil fazer apostas e está espalhado por toda a população, inclusive adolescentes. Muitos apostadores podem subestimar os riscos financeiros e superestimar as chances de ganho, gerando dependência e comportamento compulsivo", afirma. Para ela, isso pode ter impactos negativos na saúde financeira das famílias, reduzindo sua capacidade de consumir, além de aumentar a vulnerabilidade das pessoas aos choques, como perda de emprego e aumento de inflação.

A taxa de juros é outro fator que pode fazer com que a confiança do consumidor continue a operar de lado, na visão de Tavares. A economista pontua que esse é um elemento que afeta a situação financeira das famílias, bem como o consumo. Em famílias com dívida, caso os juros na ponta aumentem, o serviço da dívida sobe junto. E, no caso de consumo, juros mais altos tornam as compras a prazo também mais caras.

Na semana passada, o Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano. "Vemos que existe um espaço para a Selic voltar a 12% [ao ano]", avalia Marcos Moreira, sócio da WMS Capital, ao explicar que o BC pode fazer novas altas como uma estratégia para conter o consumo e, dessa forma, inibir avanços inflacionários mais expressivos: "Aí, quando há um ciclo de aumento de juros, também se freia um pouco o consumo e deixa o crédito mais no mercado."

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, diz que alta dos juros seria um fator que pode "jogar água na fervera", no ímpeto de confiança do consumidor, por ter efeito direto no custo do crédito. Salto pondera, no entanto, que o bom cenário do emprego, um dos principais motores a impulsionar tanto a confiança do consumidor como o próprio consumo - via renda do trabalho -, pode permanecer mesmo em cenário de juros mais altos: "A Selic, apesar da perspectiva de um novo ciclo de alta, diminuiu bastante no último ciclo de redução. Isso motivou os empregos industriais e o investimento."